

Maioria de apurações federais de assédio termina impune

Só 1/3 dos processos por assédio sexual em órgãos federais resulta em punição

Especialistas falam em subnotificação; dados não incluem empresas públicas, como é o caso da Caixa

Ídiana Tomazelli

BRASÍLIA. Dois em cada três processos de investigação por assédio sexual na administração pública federal terminaram sem nenhuma punição, segundo dados fornecidos pela CGU (Controladoria-Geral da União) a pedido da Folha. De 226 a junho de 2022, foram instaurados 925 processos correccionais para apurar casos de assédio sexual, dos quais 633 foram concluídos e 272 estão em andamento.

Entre as investigações já finalizadas, 432 chegaram ao fim sem punição, o que representa 65% do total. As demais resultaram em advertência (41), suspensão (92) ou demissão (95) do agressor. A soma de penalidades (incluindo sua ausência) é maior que o total de processos por que em algumas apurações havia o envolvimento de mais de um agente público.

O levantamento da CGU inclui processos instaurados no âmbito da administração direta, autarquias e fundações, o que compreende ministérios, agências reguladoras e universidades federais.

Os dados não incluem empresas públicas, como é o caso da Caixa, palco das mais recentes acusações de assédio sexual feitas por funcionários contra o agora ex-presidente Pedro Guimarães.

As acusações foram reveladas na terça-feira (28) pelo portal Metrópoles, que relatou também a existência de investigação no Ministério Público Federal. Após a divulgação, o caso entrou na mira do TCU (Tribunal de Contas da União) e do MPF (Ministério Público do Trabalho).

As mulheres narraram episódios como toques intimos sem consentimento, convites incompatíveis com o ambiente profissional e outras condutas inapropriadas.

Uma funcionária da Caixa disse em depoimento à Folha que também foi assediada por Guimarães em um caso até então desconhecido pelas autoridades. Após as primeiras denúncias, o número de mulheres que relatam terem sido alvo de assédio no banco tem aumentado.

Em setores do governo, há o temor de que a prática tenha se tornado uma cultura organizacional dentro da Caixa. O banco contratou uma auditoria externa para aprofundar as investigações, e a nova presidente, Daniella Marques, promete rigor nas apurações. O número de processos por assédio sexual na administração federal cresceu de forma contínua até 2019, quando teve um pico de 243 novos registros. Em 2020, o trabalho remoto contribuiu para a queda dos números, embora especialistas ressaltem que houve, em paralelo, um aumento nos casos de violência doméstica.

Segundo a CGU, a instauração do processo não é imediata. O chamado "procedimento correccional" é aberto após análise preliminar da ouvidoria, que verifica se a denúncia contém os elementos necessários. Também é realizado juízo de admissibilidade na área correccional, que conclui ou não pela necessidade de apuração.

Mesmo com essa análise prévia, dois terços dos casos terminam sem punição. "Os casos de arquivamento podem ter sua causa na não configuração [da prática de assédio], na ausência de provas, entre outros fatores", diz a CGU.

Já as punições são, em geral, aplicadas após enquadramento do agente por "descumprimento de deveres funcionais", já que a prática do assédio sexual não está prevista como infração disciplinar na Lei 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União.

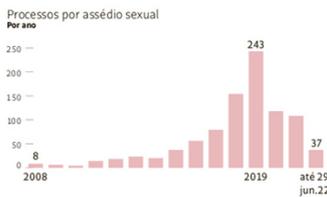
Apesar da tendência de alta no número de processos que apuram assédio sexual na administração pública, especialistas afirmam que muitos casos ainda passam longe do radar das autoridades, diante da dificuldade das vítimas em relatar o ocorrido.

"Uma denúncia, ainda mais vinculada com relação de trabalho e relação de poder, é sempre difícil por natureza. No caso de uma denúncia de assédio sexual, há elementos que dificultam ainda mais. Há casos de mulheres que são culpabilizadas, ou se sentem envergonhadas", afirma a advogada Tainá Gois, doutora em direito pela USP (Universidade de São Paulo) e conselheira de política para mulheres na Prefeitura de São Paulo.

"A moral da mulher é muito questionada. A denúncia de assédio sexual tem que provar o tempo todo que ela pode ser uma vítima. Ela vai primeiro ser julgada". Para ela, a não punição em dois terços dos processos por assédio sexual na administração pública pode indicar dificuldade em conseguir dar consequência às ações desses agentes. No entanto, ela pontua que, mesmo na ausência de uma punição formal, o caso pode, por exemplo, acabar sendo transferido de cargo.

Na avaliação da procuradora do MPF Andrea Gondim, coordenadora nacional de Pro-

Processos por assédio sexual



*São 633 processos. Em alguns processos há mais de um agente envolvido, por isso o total do levantamento sobre penalidades resulta em 658. Fonte: CGU

Foi afastado o presidente da Caixa, tá respondido?, afirma Bolsonaro

O presidente falou pela primeira vez sobre o caso de Pedro Guimarães e as acusações de assédio sexual. Bolsonaro se limitou a dizer que o executivo foi afastado, mas depois corrigiu e falou que Guimarães foi quem pediu o afastamento. "Foi afastado o presidente da Caixa, tá respondido? Ou melhor, ele pediu afastamento, tá?", disse em conversa com apoiadores.

moção da Regularidade do Trabalho na Administração Pública, ainda há uma cultura de violência e assédio contra a mulher disseminada na sociedade brasileira, que acaba sendo transportada para o ambiente de trabalho.

"Essa violência cotidiana também acontece no nosso ambiente de trabalho, desde a interrupção da fala da mulher pelo homem, a apropriação de ideias, até essa escalada da violência que pode se revelar por meio de comportamentos sexuais indesejados", diz.

"Embora diversas empresas e órgãos tenham canais para denunciar esse tipo de violência, muitas vezes esses canais não funcionam ou acabam não dando resposta efetiva à situação, o que acaba aprofundando o problema", acrescenta Gondim. Segundo ela, a sensação de que a acusação é ineficaz pode desencorajar futuras denúncias.

A subnotificação dos casos de assédio sexual é citada em estudo temático sobre o tratamento correccional do assédio sexual, realizado pela auditoria da CGU Sandra Yumi Miada em 2020. Entre as barreiras estão o medo de represália ou retaliação (como demissão e rebaixamento de função), medo de transferência, receio de exposição extrema no ambiente de trabalho e familiar, dificuldade de abordagem do assunto ou descrédito diante do relato da vítima.

No estudo, a auditoria se debruçou sobre 49 dos processos instaurados para apurar a conduta de assédio sexual na administração federal e que foram concluídos de janeiro de 2015 a outubro de 2019.

Em 96,15% dos casos, as vítimas eram do sexo feminino. Já os agressores eram do sexo masculino em 100% dos episódios. Em 32% dos processos, as vítimas eram menores.

No estudo, a taxa de punição dos processos disciplinares por assédio sexual foi de 38,28% —podendo chegar a 51,25% quando desconsiderados processos cuja análise ficou prejudicada no estudo por ausência de informações sobre seu resultado.



Manifestação em frente da sede da Caixa, em Brasília, contra assédio sexual na instituição; alvo de acusações, Pedro Guimarães deixou o cargo de presidente do banco. Gabriela Bilié - 29 jun.22/Folhapress

MPF inspeciona sede de banco e pede explicações sobre acusações

Thaís Oliveira

BRASÍLIA. O MPF (Ministério Público do Trabalho) fez uma inspeção na sede da Caixa nesta segunda-feira (4) e definiu que pedirá ao MPF (Ministério Público Federal) o comparatamento das provas reunidas no inquérito que apura as denúncias de assédio sexual contra o ex-presidente do banco Pedro Guimarães.

O procurador do trabalho Paulo Neto, responsável pelo caso, afirmou que o foco do MPF será investigar as denúncias de assédio moral. Segundo ele, via de regra, o assédio acaba sendo uma das consequências do assédio sexual.

"O Ministério Público do

Trabalho vai focar o assédio moral, sem embargo na apreciação do assédio sexual. O assédio sexual e o assédio moral andam juntos. Geralmente, o assediador, quando a vítima não cede às suas investidas, parte para o assédio moral. Ele ignora, adota medidas de retaliação", disse.

No dia 29, o Ministério Público do Trabalho deu dez dias para que a Caixa se manifeste sobre as acusações de assédio sexual contra Pedro Guimarães e Celso Leonardo Barbosa, ex-vice-presidente de atacado.

No domingo (3), o banco e Guimarães foram notificados pelo MPF para que também esclareçam as denúncias de

assédio moral. Celso Leonardo Barbosa renunciou ao cargo na sexta (1º).

"A partir daí, [o MPF vai] decidir se mantém como notícia-fato, que é uma investigação preliminar, se converte em inquérito civil ou se adota outras providências. Recebi a informação [da Caixa] de que a manifestação está sendo preparada e se colocando à disposição para informações complementares", afirmou o procurador.

Paulo Neto disse que o principal objetivo da visita era conhecer o espaço físico onde os supostos assédios ocorreram antes de colher os depoimentos.

"Fui recebido pelo diretor

jurídico [da Caixa], que me acompanhou, me levou em todas as dependências, e tiramos as fotografias que podem ajudar na investigação. É um momento inicial, de colheita de provas", disse.

"Eu fui à diretoria que controla o canal de denúncias e me foi explicado que é contratada uma empresa externa, que garante anonimato. É passada a informação para a corregedoria da Caixa que, a partir daí, toma as providências internas."

Paulo Neto afirmou ainda que, comprovadas as denúncias de assédio moral, o Ministério Público do Trabalho poderá recorrer ao patrimônio dos gestores responsáveis pa-

ra indenizar as vítimas. A nova presidente da Caixa, Daniella Marques, afirmou no domingo, em entrevista à TV Record que vai conduzir uma apuração ágil e rigorosa sobre as denúncias de assédio sexual.

Também nesta segunda, o Ministério Público junto ao TCU (Tribunal de Contas da União) pediu para que a corte investigue a suposta participação de Pedro Guimarães em 21 conselhos de administração ligados ao banco no ano de 2021.

O subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado afirmou que o acúmulo de cargos contraria a Constituição e a Lei das Estatais, de 2016.

Mulher de Guimarães diz que querem destruir sua família

Por meio de sua conta no Instagram e sem comentar diretamente o caso, Manuelli Pinheiro afirmou que as denúncias contra Pedro Guimarães, ex-presidente da Caixa, foram fruto de ataques de pessoas que querem destruir sua família. Sabíamos que na luta pelo Brasil haveria deslealdade, inveja, sordidez e falsidade. Sabíamos que seriam acompanhados de ataques deliberados e impiedosos com o objetivo único de destruir nossa família", escreveu.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Página:** 15